



1 Às nove horas do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,
4 **CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO** e o Conselheiro Substituto
5 **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 07/2017 de 09.02.2017; ausência
6 justificada da Conselheiros, **ALOISIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO e MARA LÚCIA**;
7 presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
8 **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
9 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do
10 Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que
11 assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*
12 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Apresentada a
13 **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**
14 **920012005-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu; Prestação de Contas – 2005;**
15 **Responsável: Jefferson Deprá (01/01 a 10/04), Cláudio Conceição (11/04 a 09/06) e Antônio;**
16 **Jesus de Oliveira (10/06 a 31/12 – Falecido); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público;**
17 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº**
18 **33.318, de 20.02.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
19 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas dos senhores Jefferson
20 Deprá e Cláudio Conceição, com recolhimentos, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia
21 dos autos ao Ministério Público Estadual; e pelo trancamento das contas do senhor Jesus de
22 Oliveira. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
23 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
24 contas dos senhores Jefferson Deprá e Cláudio Conceição, com recolhimentos, aplicação de
25 multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; e pelo trancamento
26 das contas do senhor Jesus de Oliveira (Resolução nº 12.910). Presidência do Conselheiro Daniel
27 Lavareda. **Processo nº 780012012-00; Prefeitura Municipal de São João do Araguaia;**
28 **Prestação de Contas – 2012 (Contas de Governo);** Responsável: Marlene Corrêa Martins;
29 **Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
30 **Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.** Cumprindo
31 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
32 se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi
33 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
34 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade
35 das contas, com ressalvas (Resolução nº 12.911). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
36 **Processo nº 780012012-00; Prefeitura Municipal de São João do Araguaia; Prestação**
37 **de Contas – 2012;** Responsável: Marlene Corrêa Martins; Instrução: 1ª Controladoria;
38 **Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio**
39 **Leão; Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o



Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu irregularidade das contas, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.045). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 880012012-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2012 (Contas de Governo)**; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 07/2017); **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017**. Retirado de Pauta. **Processo nº 880012012-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2012 (Contas de Gestão)**; Responsável: Elias Guimarães Santiago; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Resolução Administrativa nº 07/2017); **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017**. Retirado de Pauta. **Processo nº 260012007-00; Prefeitura Municipal de Colares; Prestação de Contas – 2007**; Responsável: Ivanito Monteiro Gonçalves; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloisio Chaves); Advogada/Contadora: Verena Monteiro Magalhães; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017**. Retirado de Pauta. **Processo 714732008-00; Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém; Prestação de Contas – 2008**; Responsável: Ana Elvira de Mendonça Alho Teixeira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogada: Aline Neves Hoyos (OAB/PA nº 15.712); **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu regularidade das contas, com emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.046). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 360032010-00; Fundo Municipal de Saúde de Itaituba; Prestação de Contas – 2010**; Responsáveis: Horenice Cabral Moreira (01/01 a 30/04) e Manoel Cordovil Diniz (01/05 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao



79 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.047); pela emissão de **Medida Cautelar** tornando
80 indisponíveis, durante um ano, os bens de ambos os Ordenadores; e determinando que seja dada
81 ciência ao Legislativo. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares.
82 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1210222010-00; Serviço**
83 **Autônomo de Água e Esgoto de Pau D'Arco; Prestação de Contas – 2010;** Responsável:
84 Luciano Guedes; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina
85 Cunha; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio
86 Franco Dantas (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves); Advogado/Contador:
87 José Augusto Rufino de Sousa; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.** Retirado de
88 Pauta. **Processo nº 1210222011-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pau**
89 **D'Arco; Prestação de Contas – 2011;** Responsável: Luciano Guedes; Instrução: 6ª
90 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator convocado para
91 apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído do
92 Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves); Advogado/Contador: José Augusto Rufino de Sousa;
93 **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
94 **262112007-00; Secretaria Municipal de Educação de Colares; Prestação de Contas –**
95 **2007;** Responsável: Ivanito Monteiro Gonçalves; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:
96 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão:
97 Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves);
98 Advogado/Contador: João Carlos Sousa Cravo; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.**
99 Retirado de Pauta. **Processo nº 424252013-00; Fundação Casa da Cultura de Marabá;**
100 **Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Noé Carlos Barbosa Von Atzingen; Instrução: 4ª
101 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio
102 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.** Cumprindo dispositivo
103 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
104 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
105 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
106 regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.048). Presidência do
107 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201100385-00; Associação Papa João XXII no**
108 **Brasil de Castanhal; Prestação de Contas de Convênio – 2010** (Convênio nº 02/2010);
109 Responsável: Dimitri Tondo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe
110 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº**
111 **33.318, de 20.02.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
112 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
113 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:**
114 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de
115 Quitação (Acórdão nº 30.049). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**
116 **201103474-00; Associação das Damas da Fraternidade de Castanhal; Prestação de**
117 **Contas Convênio – 2010** (Convênio nº 001/2010); Responsável: Francineide da Silva Amorim;



118 Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva;
119 Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.**
120 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
121 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
122 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**
123 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação
124 (Acórdão nº 30.050). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201206660-**
125 **00; Associação Papa João XXII No Brasil de Castanhal; Prestação de Contas de**
126 **Convênio – 2012** (Convênio nº 003/2011); Responsável: Dimitri Tondo; Instrução: 4ª
127 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio
128 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.** Cumprindo dispositivo
129 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
130 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
131 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela
132 regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.051). Presidência do
133 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201207887-00; Liga Atlético de Castanhal;**
134 **Prestação de Contas de Convênio – 2012** (Convênio nº 002/12); Responsável: Edson Valino
135 Viana; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
136 Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.318, de 20.02.2017.**
137 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
138 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
139 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**
140 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão de Alvará de Quitação
141 (Acórdão nº 30.052). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201114140-**
142 **00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Recurso de Reconsideração**
143 **contra a decisão contida na Resolução 10.071, de 16.06.11; Recorrente: Laercio Rodrigues**
144 **Pereira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da**
145 **Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.318, de****
146 **20.02.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
147 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi
148 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a
149 **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do
150 Recurso, com a manutenção da decisão recorrida (Resolução nº 12.912). Presidência do
151 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201603882-00; Prefeitura Municipal de**
152 **Cametá; Recurso Ordinário** contra a decisão contida na Resolução nº 12.123/2015;
153 Recorrente: José Waldoli Figueira Valente; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público:
154 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado:
155 Rodrigo Abenassiff Ferreira Maia (OAB/PA nº 18.368); **Publicado no DOE nº 33.318, de**
156 **20.02.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento



157 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi
158 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a
159 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso,
160 com a manutenção da decisão recorrida (Resolução nº 12.913). Presidência do Conselheiro
161 Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. O
162 Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para submeter ao Plenário a seguinte proposta de
163 Resolução: Que dispõe sobre a autorização do Corregedor, excepcionalmente, compor acordo de
164 parcelamento com os ordenadores em débito para com o Fundo de Modernização,
165 Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
166 (Resolução nº 10/2017). A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
167 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada. Em sequência,
168 o Conselheiro Daniel Lavareda arguiu a cerca do Plano de trabalho exercido pelas Cortes de
169 Contas dos Municípios, e do Estado coordenado pelo Tribunal de Contas da União, que dispõe
170 sobre o controle conjunto de vínculos e remuneração de pessoal na administração pública,
171 realizado durante a Gestão do Conselheiro Cezar Colares (Biênio 2015/2016), no sentido de
172 verificar acumulação de cargos e funções públicas, bem como o recebimento acima do teto
173 constitucional nas administrações públicas municipais. O Tribunal de Contas dos Municípios do
174 Estado do Pará, já detém o levantamento de servidores que acumulam indevidamente cargos
175 públicos nas administrações municipais, e em razão disto, o Conselheiro Presidente submeteu ao
176 Plenário a seguinte proposta: a Presidência deve expedir notificações aos Prefeitos e Ordenadores
177 de despesas, para que haja o conhecimento das situações supracitadas, e assim sejam tomadas
178 as devidas providências. As respostas fornecidas pelas administrações municipais serão
179 devidamente encaminhadas as Controladorias. A matéria foi colocada **em discussão**. A
180 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a proposta
181 apresentada. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou autorização do Plenário para
182 promover a doação de móveis da inspetoria de Santarém que encontram-se em desuso. A
183 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
184 **unanimidade**, decidiu autorizar a solicitação requerida. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**
185 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a
186 presente Sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
187 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e um de
188 fevereiro de dois mil e dezessete.
189 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 014/2017, em nove de março de dois mil e dezessete.
190 Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando
Subsecretária

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão